

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de São Paulo

Class.: 181

Data: 25.04.85

Pg.: _____

Índios insistem em só liberar garimpo após a demarcação

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O encontro de ontem entre líderes indígenas e o secretário-geral do Ministério do Interior, Maurício Vasconcelos, em Brasília, não conseguiu pôr fim ao impasse no garimpo de Maria Bonita, no Sul do Pará. Os índios insistem em liberar novamente o garimpo somente quando for publicado um decreto que garanta a demarcação de sua área. Já Vasconcelos voltou a pedir que os índios o reabram, enquanto o governo providencia a demarcação. O secretário-geral do Ministério prometeu, ainda, conceder aos índios 5% do lucro obtido com a venda do ouro para a Caixa Econômica Federal.

O chefe dos gorotires, Palaca, o assessor do ministro da Cultura, Marcos Terena, e o cacique Raoni — além de outros líderes indígenas que participaram da reunião — discutiram ontem à tarde, na Funai, a posição do Ministério. Os índios, porém, continuam desconfiados das intenções do governo, com medo de que não se cumpram as promessas da demarcação da reserva e da maior participação dos índios na venda do ouro. Hoje deverá haver nova reunião com o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto.

REVOGAÇÃO

O Grupo de Terras Indígenas concluiu um trabalho que recomenda a revogação do decreto 88.118, que estabelecia a criação de um grupo interministerial para decidir sobre a demarcação de terras indígenas. Instituído no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, o grupo propõe em documento a formação de uma equipe de trabalho permanente Funai/Incra. Ela teria a tarefa de delimitar, demarcar e encaminhar à homologação da Presidência da República as propostas elaboradas pela Funai para a criação, interdição e redefinição de área indígena.



Marcos Terena

Arquivo

Ao defender a revogação do 88.118, o Grupo de Terras Indígenas afirma que o decreto burocratizou demais e cerceou o processo de demarcação de áreas indígenas, subordinando-o, na prática, ao Conselho de Segurança Nacional. A composição inicial do grupo de trabalho permanente prevê a inclusão, sempre que necessário, de representantes da Funai, do Incra, dos índios, da CNBB — através do Conselho Indigenista Missionário —, da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e da ABA (Associação Brasileira de Reforma Agrária).

Os líderes indígenas e indigenistas da Funai não receberam bem o documento. Eles afirmam que, em vez de diminuir o poder do grupo interministerial, ele cria agora um pré-grupo com a participação de um número ainda maior de órgãos, muitos sem ligação com a questão indígena. Para eles, a legislação deixa claro que cabe à Funai decidir sobre esses problemas.